

Administrador

Leia estas instruções:

1	Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assinie no espaço reservado para isso. Caso se identifique em qualquer outro local deste Caderno, você será eliminado do Concurso.
2	Este Caderno contém 34 questões de Conhecimentos Específicos: quatro discursivas e trinta de múltipla escolha , respectivamente.
3	Quando o Fiscal autorizar, confira se este Caderno está completo e se não apresenta imperfeição gráfica que impeça a leitura. Se você verificar algum problema, comunique-o imediatamente ao Fiscal.
4	Nas questões discursivas, será avaliado, exclusivamente , o que você escrever dentro do espaço destinado a cada resposta.
5	Escreva de modo legível. Dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas uma resposta correta.
7	Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
8	Utilize, para rascunhos, qualquer espaço em branco deste Caderno e não destaque nenhuma folha.
9	Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
10	Você dispõe de quatro horas, no máximo, para responder às questões discursivas e de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
11	O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
12	Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

Questões Discursivas

Questão 1

A Administração Federal compreende a Administração Direta e a Administração Indireta. Explique as diferenças que existem entre esses dois tipos de Administração.

Espaço destinado à Resposta

Fim do espaço destinado à Resposta

Questão 2

O Suprimento de Fundos é uma autorização de execução orçamentária e financeira de uma forma diferente da normal, tendo como meio de pagamento o Cartão de Pagamento do Governo Federal, com a finalidade de efetuarem-se despesas que, por sua excepcionalidade, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Em relação a Suprimento de Fundos, responda quem pode recebê-lo e em quais condições. (Cite três condições)

Espaço destinado à Resposta

Fim do espaço destinado à Resposta

Questão 3

Acerca do diagrama de Ishikawa, ou Espinha de Peixe

A) explique sua aplicabilidade;

B) mencione as seis categorias de causas desse diagrama.

Espaço destinado à Resposta

Fim do espaço destinado à Resposta

Questão 4

Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei 8.112/90, podem ser deferidos aos servidores, retribuições, gratificações e adicionais.

Cite um exemplo de retribuição, um de gratificação e dois de adicionais.

Espaço destinado à Resposta

Fim do espaço destinado à Resposta

Questões de Múltipla Escolha

- 01.** A Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis
- A)** da União, das autarquias, inclusive daquelas em regime especial, e das fundações públicas federais.
 - B)** da União, dos estados, do Distrito Federal e de suas autarquias e fundações públicas.
 - C)** dos Estados, do Distrito Federal e das fundações públicas estaduais e distritais.
 - D)** dos Estados, do Distrito Federal e das fundações públicas estaduais e distritais, inclusive aquelas em regime especial.
- 02.** Segundo a Lei 8.112/90, às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.
Para tais pessoas devem ser reservadas até
- A)** 10% das vagas oferecidas no concurso.
 - B)** 15% das vagas oferecidas no concurso.
 - C)** 20% das vagas oferecidas no concurso.
 - D)** 25% das vagas oferecidas no concurso.
- 03.** O provimento dos cargos públicos é feito mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
A opção que apresenta corretamente três formas de provimento de cargo público é:
- A)** transferência, ascensão e aproveitamento.
 - B)** nomeação, efetivação e transferência.
 - C)** promoção, ascensão e reintegração.
 - D)** reversão, aproveitamento e recondução.
- 04.** O prazo de validade de um concurso e as condições de realização são fixados em edital, que é publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.
A validade de um concurso público é de até
- A)** quatro anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
 - B)** dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
 - C)** quatro anos, não podendo ser prorrogado.
 - D)** dois anos, não podendo ser prorrogado.
- 05.** O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato
- A)** criminal doloso ou culposo que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
 - B)** criminal e contraventor imputado ao servidor no exercício do cargo ou da função.
 - C)** omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou da função.
 - D)** omissivo e contraventor que acarrete prejuízo ao erário público.

- 06.** A Lei 8.112/90, no art. 127, prevê penalidades disciplinares para os servidores públicos.
A opção que apresenta corretamente três penalidades previstas na citada lei é:
- A)** Cassação de aposentadoria ou disponibilidade, suspensão, destituição de cargo em comissão.
 - B)** Advertência, suspensão, transferência.
 - C)** Destituição de função comissionada, demissão, suspensão temporária dos proventos.
 - D)** Transferência, remoção, demissão.
- 07.** Contratação direta é a contratação realizada pela administração pública em situações excepcionais expressamente previstas em lei.
A contratação direta se dá por meio de
- A)** registros cadastrais ou comerciais das empresas licitantes.
 - B)** contrato temporário ou permanente.
 - C)** especificações principais ou complementares dos bens de consumo.
 - D)** dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- 08.** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei de Licitações, devendo protocolar o pedido até
- A)** três dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
 - B)** cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
 - C)** sete dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
 - D)** dez dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.
- 09.** A Lei 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. Subordinam-se ao regime dessa Lei:
- A)** organizações do terceiro setor e entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
 - B)** órgãos da administração direta, fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - C)** fundos especiais, autarquias, fundações públicas, organizações do terceiro setor e sociedades de economia mista.
 - D)** empresas privadas concessionárias de serviços públicos e entidades controladas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- 10.** De acordo com o art. 45 da Lei 8.666/93, o julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite julgá-las em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e com os fatores nele, exclusivamente, referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.
Para os efeitos desse artigo, exceto na modalidade “concurso”, constituem tipos de licitação:
- A)** habilitação, qualificação, contratação e execução.
 - B)** tomada de preço, carta convite, concorrência e pregão eletrônico.
 - C)** menor preço, melhor técnica, técnica e preço, e maior lance ou oferta.
 - D)** compra direta, compra intermediada, compra eletrônica e compra mista.

11. Os contratos administrativos podem ser modificados, nos casos previstos em lei. Essas modificações são formalizadas por meio de instrumento denominado
- A) termo de aditamento.
 - B) registro de alteração.
 - C) registro de aditamento.
 - D) termo de alteração.
12. A Administração Pública pode alterar o contrato quando necessários acréscimos ou supressões nas compras, obras ou serviços, desde que respeitado o seguinte limite do valor atualizado do contrato:
- A) até 10%.
 - B) até 15%.
 - C) até 20%.
 - D) até 25%.
13. A Lei 10.520/02 instituiu, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a modalidade de licitação denominada *pregão*. Essa modalidade de licitação é destinada à aquisição de
- A) bens de consumo especiais.
 - B) bens móveis e imóveis.
 - C) bens móveis de natureza especial.
 - D) bens e serviços comuns.
14. Inventário físico é o instrumento de controle para verificação dos saldos de estoque nos almoxarifados e nos depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes em uso no órgão ou na entidade.
- O inventário físico fornece, dentre outras, informações sobre
- A) o ajuste contábil dos equipamentos e materiais permanentes em uso, em relação a sua ficha de avaliação operacional-administrativa.
 - B) o ajuste dos dados escriturais de saldos e movimentações dos estoques, em relação ao saldo físico real nas instalações de armazenagem.
 - C) a avaliação do desempenho obtido pelos equipamentos disponíveis para uso pelos encarregados de setores da organização.
 - D) a avaliação de que um bem móvel é desnecessário num determinado setor e a indicação de onde ele poderia ser melhor aproveitado.
15. Os bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras:
- A) alienação gratuita ou onerosa; aforamento; concessão de direito real de uso; comprovação da necessidade ou utilidade da alienação; autorização legislativa, para empresas públicas.
 - B) adoção do procedimento licitatório, na modalidade de concorrência; previsão de rescisão automática da concessão; contrato de alienação e concessão de direito real de uso.
 - C) avaliação dos bens alienáveis; comprovação da necessidade ou utilidade da alienação; adoção do procedimento licitatório, na modalidade de concorrência ou leilão.
 - D) autorização legislativa, para órgãos da administração direta e entidades autárquicas; avaliação prévia de licitação na modalidade de concorrência.

16. Segundo o Decreto 99.658/90, para os certames licitatórios fora do Distrito Federal a publicidade deve ser assegurada por meio da publicação do resumo do edital no Diário Oficial da União, da seguinte forma:
- A) para leilão, duas vezes no mínimo, com intervalo de cinco dias.
 - B) para convite, duas vezes, com intervalo de uma semana.
 - C) para concorrência, uma única vez.
 - D) para pregão eletrônico, uma única vez.
17. O art. 16 do Decreto 99.658/90 determina que, verificada a impossibilidade ou a inconveniência da alienação de material classificado como irrecuperável, a autoridade competente determinará
- A) que, quando for do interesse público, o material disponível poderá entrar como parte do pagamento de outro a ser adquirido.
 - B) a doação, para Estados e Municípios mais carentes, empresas públicas, sociedade de economia mista, e organizações da sociedade civil de interesse público.
 - C) a descarga patrimonial e a inutilização ou o abandono desse material, após a retirada das partes economicamente aproveitáveis, porventura existentes, que serão incorporadas ao patrimônio.
 - D) Que a avaliação do material deverá ser feita em conformidade com os preços atualizados e praticados no mercado.
18. O material considerado genericamente inservível, para a repartição, o órgão ou a entidade que detém sua posse ou propriedade, deve ser classificado como ocioso quando:
- A) Embora possa ser utilizado para o fim a que se destina, apresentar perda de suas características técnicas.
 - B) Sua recuperação não for possível com orçamento menor do que cinqüenta por cento de seu valor de mercado.
 - C) Sua manutenção for onerosa, seu rendimento precário ou seu desgaste prematuro.
 - D) Embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado.
19. De acordo com os artigos 58 a 65 da Lei 4.320/64, a execução da despesa pública se dá obedecendo a esta seqüência:
- A) licitação, empenho e liquidação.
 - B) empenho, liquidação e pagamento.
 - C) licitação, liquidação e pagamento.
 - D) empenho, formalização e liquidação.
20. Os prazos máximos de aplicação do Suprimento de Fundos e de sua prestação de contas, contados a partir da data da nota de empenho, são de até
- A) 90 dias, para sua aplicação, e de até 120 dias, para a prestação de contas.
 - B) 30 dias, para sua aplicação, e de até 60 dias, para a prestação de contas.
 - C) 60 dias, para sua aplicação, e de até 90 dias, para a prestação de contas.
 - D) 120 dias, para sua aplicação, e de até 150 dias, para a prestação de contas.

21. Classificam-se como despesas de custeio as dotações para
- A) manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
 - B) despesas às quais corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para atender a outras entidades de direito público ou privado.
 - C) o planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
 - D) inversões financeiras que visem atender a outras entidades de direito público ou privado, inclusive as destinadas à conservação e à adaptação de bens móveis.
22. O art. 47 da Lei 4.320 estabelece que, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas
- A) bimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
 - B) trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
 - C) mensais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
 - D) quinzenais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
23. Considerando-se os conceitos de avaliação de desempenho adotados pelas organizações, é correto afirmar:
- A) Eficácia é a razão entre os resultados e os desperdícios no processo.
 - B) Conformidade é a razão entre os resultados e os objetivos.
 - C) Produtividade é a razão entre resultado obtido e recursos utilizados.
 - D) Eficiência é a razão entre os resultados e os objetivos pretendidos.
24. Dentro do contexto de um Programa de Qualidade, é correto definir *requisito* como
- A) resultado benéfico para o cidadão, caracterizado por compromisso, inovação, liderança, parceria e melhoria contínua.
 - B) conjunto de recursos que recebe insumos e transforma-os dentro de uma lógica preestabelecida e com agregação de valor.
 - C) plano funcional que estabelece ações a serem desenvolvidas num período determinado, com detalhamento das metas.
 - D) condição que deve ser satisfeita, exigência legal ou essencial para o sucesso do processo, serviço ou produto.
25. O sistema de avaliação e controle administrativo abrangente que trata das dimensões financeira, de atendimento ao cliente, dos processos internos e da capacidade da organização para aprender e crescer, é chamado de
- A) *just in time*.
 - B) *benchmarking*.
 - C) *balanced score card*.
 - D) *marketing*.

- 26.** As quatro etapas do método PDCA usado na operacionalização de um programa de qualidade são
- A)** planejamento, organização, direção e controle.
 - B)** planejamento, execução, verificação e atuação corretiva.
 - C)** planejamento, orientação, comando e checagem.
 - D)** planejamento, explicação, funcionalidade e normas.
- 27.** O desenvolvimento de um programa de qualidade se alicerça em vários fundamentos. A opção que apresenta corretamente três desses fundamentos é:
- A)** foco no cliente, visão de processo e envolvimento de todos.
 - B)** melhoria contínua, hierarquia e visão de curto prazo.
 - C)** constância de propósitos, gestão participativa e sistema de cotas internas.
 - D)** decisões baseadas em fatos e dados, sistematização e valorização das chefias.
- 28.** O art. 1º da Lei 9.962/2000 estabelece que o pessoal admitido para emprego público, na Administração federal direta, autárquica e fundacional, terá sua relação de trabalho regida
- A)** pela Consolidação das Leis do Trabalho.
 - B)** pelo Regime Jurídico Único.
 - C)** pelo Estatuto do órgão em que estiver lotado.
 - D)** pela Lei geral do serviço público.
- 29.** Enquanto os requisitos dos atos administrativos constituem condições que devem ser observadas para sua válida edição, seus atributos podem ser entendidos como características desses atos administrativos.
- São atributos do ato administrativo:
- A)** vinculação legal, auto-executoriedade e finalidade imperativa.
 - B)** legalidade, responsabilidade executória e exeqüibilidade.
 - C)** manifestação de autoridade, exeqüibilidade e imperatividade.
 - D)** presunção de legitimidade, imperatividade e auto-executoriedade.
- 30.** A atual Constituição Federal, no art. 37, trata dos princípios inerentes à Administração Pública.
- A opção que apresenta corretamente os princípios constitucionais é:
- A)** publicidade, competência, participação, responsabilidade e isonomia.
 - B)** legalidade, moralidade, eficiência, publicidade e impessoalidade.
 - C)** impessoalidade, consenso, eficiência, eficácia e efetividade.
 - D)** finalidade, proporcionalidade, solidariedade, ética e justiça.

